

128 OS BANQUEIROS DÃO CONSELHOS

Eles acham que o governo precisa de uma economia firme e recuperar a balança comercial

Como pode o Brasil recuperar a confiança no âmbito internacional depois da decretação da minmoratória pelo governo? Tudo depende da política voltada para a recuperação da economia brasileira, respondem o economista Carlos Manuel Pelaez, diretor do Banco Chase Manhattan (um dos maiores credores nossos), e Thomas Lehwing, ex-integrante do Fundo Monetário Internacional. Tudo depende da recuperação da balança comercial, explica o presidente do Banco de Boston, Henrique Campos Meirelles, fazendo uma previsão otimista: os bancos estrangeiros querem manter a fluência normal dos créditos comerciais para o Brasil. Mas o vice-presidente do Banco Real, Juarez Soares, adverte: "Seria perigoso supor que as coisas ficarão sempre normais".

Para o economista Thomas Lehwing, os resultados da política econômica interna poderão facilitar os entendimentos com os bancos credores, mas ele tem dúvida quanto à instituição que irá fiscalizar e comprovar aqueles resultados, já que o governo Sarney recha-

cou a possibilidade de acompanhamento da economia brasileira pelo FMI. Lehwing, que hoje integra os quadros do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), acredita que o governo Sarney teria uma atitude mais construtiva se tivesse adotado uma posição de negociação antes com os credores.

Segundo Carlos Pelaez, do Chase Manhattan, o governo Sarney deveria, em primeiro lugar, executar um plano para reduzir a inflação, equilibrar as contas externas e retomar as taxas de crescimento econômico, sobretudo com uma política de forte apoio às exportações através de uma "agressiva" maxidesvalorização do cruzado. "O Brasil precisa de caixa rapidamente, através de preços melhores no mercado internacional, e para isso a maxidesvalorização é essencial", assinalou.

Para o diretor do Chase Manhattan, o governo precisa adotar uma política fiscal e monetária fortemente restritiva, simultânea à redução dos impostos que incidem sobre as operações financeiras e com a diminuição das despesas do

setor público. Com uma isonomia tributária, através da qual os impostos incidiriam igualmente sobre todos os títulos, o governo poderia voltar a emitir títulos da dívida pública com juros reais, e assim teria condições de aumentar a dívida interna. Como os juros do mercado financeiro ficariam reais, seria penalizado o subfaturamento das exportações e até mesmo cairia a cotação do dólar no paralelo.

Pelaez refere-se à situação enfrentada pelo Brasil em 1983 e 1984 para demonstrar sua tese de que o crescimento econômico deve ser procurado através do aumento das exportações. Em 1983, lembrou, o Brasil estava diante de uma moratória, havia inflação de dois dígitos no País e subfaturamento das exportações. O governo recorreu então à maxidesvalorização da moeda e os juros reais passaram a impedir o subfaturamento nas vendas externas. Em consequência, o crescimento econômico do País foi impulsionado pelo aumento das exportações. Pelaez confia que o governo conseguirá realmente cortar as despesas do setor público, como

o presidente Sarney prometeu em seu pronunciamento, e estabelecerá uma política de juros reais. Também acredita que a confiança na poupança interna, através dos juros reais, é a melhor forma de impedir o retorno da inflação.

Inovações, não.

Já o economista Thomas Lehwing, que pertenceu aos quadros do FMI, não acredita que os bancos credores aceitem possíveis inovações a serem propostas pelo Brasil para a negociação do pagamento da dívida externa. Ele lembrou que em relação às Filipinas e à Argentina aqueles bancos adotaram uma posição dura na renegociação da dívida.

Lehwing também considera improvável que os bancos internacionais recorram a medidas contra o Brasil, como represália, pela decretação da moratória. O que entende ser mais natural é a exigência deles para que o governo brasileiro apresente garantias que comprovem a obtenção dos futuros resultados da política econômica, en-

tre os quais a redução do déficit público e o baixo índice de inflação. Segundo o economista do Ibmec, os bancos credores precisarão apoiar-se em alguma instituição para avaliar a validade dos resultados da política econômica, sobretudo no período em que persistir a moratória dos juros da dívida externa brasileira.

Normal, por enquanto

Encerrado sem surpresas o primeiro dia útil depois do pronunciamento do presidente Sarney, o presidente do Banco de Boston, Henrique Campos Meirelles, fez uma avaliação favorável. Uma das preocupações principais, dele e de outros diretores de instituições financeiras, se referia à atitude dos bancos estrangeiros que mantêm relações com as agências de bancos brasileiros no exterior. Mas as operações de ontem foram normais.

Juarez Soares, vice-presidente do Banco Real, mencionou que operações em curso — para as

quais faltava documentação — foram horandas em Nova York. "Houve até ofertas de linhas de bancos grandes para financiamentos à exportação, pre-export", disse Soares.

Os próximos dias, porém, serão essenciais para a avaliação das decisões brasileiras na área externa. "Seria perigoso supor que as coisas ficarão sempre normais", adverte Soares, acrescentando: "É difícil ter já uma avaliação. Não se sabe qual é a tendência. O quadro é indefinido".

A expectativa é de que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vá ao Exterior o quanto antes e mostre o que o governo fará em matéria de política econômica. A esse respeito, a promessa do presidente de que encaminhará ao Congresso a aprovação de projetos que limitam os gastos das estatais, cortam subsídios e interrompem o crescimento do déficit público terá o efeito de indicar os rumos da economia doméstica, segundo o principal executivo de um banco de porte médio.



E se os devedores formarem uma frente ampla?

O receio de que a decisão do governo brasileiro suspendendo o pagamento dos juros de sua dívida externa possa ser acompanhado por outros países devedores, transformando-se numa verdadeira "bola de neve" está conduzindo os meios financeiros europeus, oficiais ou privados, a empregarem um tom moderado e discreto quando analisam o problema. Teme-se que a partir da posição assumida pelo principal devedor haja condições para a constituição de uma frente de países latino-americanos para exigir novas condições para a negociação da dívida do Terceiro Mundo.

Pelo menos, a ocasião está sendo aproveitada por alguns países para brandir essa ameaça. Ontem, o jornal econômico *Les Echos* se referia a uma disputa de "braço de ferro" entre os países da América Latina e seus credores, citando as manifestações de apoio à posição brasileira, de países como Argentina, Peru e Venezuela, além de outros da América Central. O próprio primeiro-ministro francês, Jacques Chirac, em declaração feita no último fim de semana, abordou o problema da dívida, assimilando a noção de corresponsabilidade de credores e devedores, que aos poucos vai sendo admitida por todos e

a partir da qual poderá ser encontrada uma saída para o impasse.

Se o Brasil insiste em afirmar que não procura nenhum confronto com seus credores, a recíproca também parece ser verdadeira. Tanto nas áreas oficiais como privadas, autoridades governamentais e banqueiros chamavam atenção para a necessidade de se buscar soluções para o problema brasileiro. Ontem, os bancos franceses envolvidos com a dívida brasileira estudaram suas posições, realizando também consultas entre si, mas não houve em Paris nenhuma reunião formal para tratar especificamente do caso brasileiro. Já na véspera, quando do encerramento da reunião dos seis países mais ricos do mundo ocidental, o ministro de Economia da França, Edouard Balladur, havia manifestado uma opinião comedida sobre a crise brasileira, dizendo que a comunidade financeira internacional estaria medindo para que o País pudesse superar essa fase de dificuldades. Nesse sentido manifestaram-se também outros ministros de economia presentes, entre eles Gerhard Stoltemberg, da Alemanha Federal, e o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker.

Ao contrário de outros tempos, essa noção de co-responsabilidade

em relação à dívida dos países em desenvolvimento, já está sendo assimilada por diversos dirigentes de países desenvolvidos. Anteriormente, o próprio Jacques de Larosière, ex-diretor do FMI e atual governador do Banco Central francês, já havia desenvolvido essa ideia, retomada pelo documento da Comissão Justiça e Paz do Vaticano. Agora, é o próprio chefe do governo conservador da França, Jacques Chirac. "Os países industrializados estimularam as nações em desenvolvimento a contrair empréstimos, criando facilidades, numa época em que a sedução era grande, pois os mercados financeiros viviam inundados de petrodólares", disse Chirac, acrescentando que os países credores deveriam estar conscientes dos riscos decorrentes dessa atitude.

O jornal *Les Echos* critica a posição assumida pelo presidente José Sarney afirmando, por exemplo, que ele reiterou em seu discurso a disposição de não ceder ao FMI mas que terá que se curvar diante da triste realidade: "O gigante de argila do continente sul-americano não se encontra em posição de ditar suas condições aos 700 bancos credores e às autoridades financeiras internacionais. O presidente Sarney mostra pela úl-

tima vez seus dentes, buscando apenas condições menos desfavoráveis para o reescalonamento de sua dívida".

Também o jornal *Le Monde* está convencido de que a moratória decidida pelo Brasil vai pesar nas negociações de outros países latino-americanos que se encontram em fase de renegociação de suas dívidas. Cita o governo da Venezuela, que não pensa em suspender as negociações atuais, mas cujo ministro de Finanças, Manuel Azpuru, não escondeu uma referência à posição brasileira para obter melhores condições de reembolso. Outra citação é do governador do banco central da República Dominicana, Luís Julian Perez, que deve reembolsar cerca de US\$ 700 milhões este ano de sua dívida de US\$ 4,2 bilhões. Segundo ele, seu país poderá imitar o Brasil hoje, amanhã ou brevemente.

Finalmente revela-se também, como parte da estratégia dos países devedores latino-americanos, a posição assumida pelo Peru, classificando de "corajosa" a decisão brasileira, além da providencial visita que o ministro de Economia da Argentina, Mario Brodersohn, fará a Brasília a partir de hoje.

Reali Junior, de Paris.